

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Mayra Gomes da Silva

“Profe, você está muito **NEGRA** hoje”:
Reflexões sobre a prática docente, a partir de uma narrativa
autobiográfica.

Porto Alegre

1º Semestre

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Mayra Gomes da Silva

“Profe, você está muito **NEGRA** hoje”:
Reflexões sobre a prática docente, a partir de uma narrativa
autobiográfica

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia Licenciatura da Faculdade de Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para abstenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Lemos Cunha Della Libera

Porto Alegre

1º Semestre

2017

Dedicatória

Este trabalho é dedicado ao movimento negro que luta diariamente pelas causas sociais e o combate ao racismo.

Dedicado às milhares de crianças negras que não obtém, diversas vezes, uma educação escolar que as respeite e valorize a sua cultura.

Dedicado às milhares de professoras negras que lutam pelo combate ao racismo, instruindo seus alunos e divulgando saberes que empoderam e auxiliam na emancipação destes sujeitos.

Agradecimento

Agradeço por fazer parte desta instituição Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Agradeço a minha orientadora Professora Aline Cunha pela parceria na escrita deste trabalho. Com muito empenho e orientações que enriqueciam o meu saber.

Agradeço à minha família pelo carinho nesta etapa e os auxílios para a escrita.

Agradeço aos milhares de fatores que provocaram que está escrita ocorresse.

Obrigada!

[...] Essa canção muito antiga
Do tempo da escravidão
Os negros em sofrimento
Cantavam e alegravam o seu coração
Presos naquelas senzalas
Dançando *ijexá*
Aquele canção muito linda
Com os versos em *yorubá*
Era assim

Oro mi má
Oro mi maió
Oro mi maió
Yabado oyeyeo
Oro mi má
Oro mi maió
Oro mi maió
Yabado oyeyeo [...]

Canto para Oxum (Oro mi maió)

RESUMO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso foi compreender, a partir da autobiografia, quais elementos tornam-se fundamentais para uma abordagem das questões raciais no contexto escolar. Para isso, foi estruturada uma pesquisa com caráter qualitativo. Nessa perspectiva, o estudo é apoiado por materiais que auxiliaram na construção da escrita: analiso os meus cadernos de infância, o diário de campo do estágio obrigatório e trago relatos memorialísticos de vivências para serem problematizadas. Utilizo esses materiais com o intuito de desdobrá-los em três eixos: o primeiro trata de um olhar que passa pela formação do estudante na educação básica com o direcionamento de refletir sobre este silenciamento das temáticas que envolvem a discussão da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares. No segundo eixo analiso minha trajetória como estudante negra, que ingressou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como cotista e o desenrolar da temática nos semestres, considerando a ausência de professores(as) negros(as), dentre outros fatores. No terceiro eixo é discutida, de maneira mais ampla, esta ausência no espaço escolar e seus impactos, analisando, também, o estágio docente obrigatório que realizei no sétimo semestre do Curso e a invisibilidade da temática em minha atuação. A partir da construção destas unidades analíticas pude perceber que é necessário o estudo para abordagem da temática e que é de extrema importância municiar os alunos com os saberes da história e cultura afro-brasileira, a fim de que eles possam compreender e usufruir dos seus direitos sem receio.

Palavras-Chave: Autobiografia. Questões raciais na escola. Educação das relações étnico-raciais (ERER).

Sumário

1. PARA INÍCIO DE CONVERSA...	7
2. CONVERSA TEÓRICA	11
3. SULEANDO A CONVERSA: aspectos metodológicos	20
4. REFLETINDO AO CONVERSAR	23
4.1 <i>A família</i>	23
4.2 <i>A escola</i>	25
4.3 <i>A Universidade</i>	30
4.4 <i>O estágio de docência</i>	32
4.5 <i>Eu sou uma professora negra</i>	33
5. PARA FINAL DE CONVERSA	35
REFERÊNCIAS	38

1. PARA INÍCIO DE CONVERSA...

Apresento, neste trabalho de conclusão de curso, uma pesquisa autobiográfica sobre minha trajetória de formação como uma professora negra. Reflito sobre minha trajetória escolar, com os seguintes direcionamentos: analiso minhas vivências em sala de aula como estudante negra na Educação Básica e reflito sobre minha construção como docente negra, a partir da inserção na Universidade.

Ao ingressar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mais precisamente na Faculdade de Educação no Curso de Pedagogia, tinha expectativas, mas não imaginava as descobertas que faria ao longo da graduação e nem os caminhos que eu poderia percorrer. Ao longo do segundo semestre, matriculei-me na disciplina de Ação Pedagógica com Jovens e Adultos, sem expectativas sobre ela. Já nos primeiros dias de aula, a professora se apresentou como mulher negra e nos mostrou questões da negritude que trabalha e trabalhou durante sua vivência como docente na EJA. Dentre tantas reflexões e análises, em uma manhã nos questionou, a partir de uma simples pergunta: "*Quantos professores negros vocês têm nesta faculdade de educação?*" A pergunta era simples e as respostas, para muitos, foram simples. Contudo, para mim, foi como se um filme passasse em minha mente. Neste momento, no segundo semestre do curso de Pedagogia, a pergunta me fez pensar em quantos professores negros eu tive na minha trajetória educacional. Foi como se eu quisesse, por meio de uma varredura, constatar que tive vários professores negros, mas por mais que eu me esforçasse, não conseguia encontrar mais do que dois, em toda a minha escolarização.

Após o momento relatado acima, não esqueci mais desta questão e algo me inquietava: *Por que havia tão poucos professores negros na minha trajetória educacional e até mesmo em uma universidade pública?*

Por mais que esta dúvida, ao longo do curso, não fosse respondida, com o passar do tempo percebi que eu estava me formando como uma docente negra e me questionei sobre este processo. Com isto, ampliei a

lupa de minhas reflexões sobre a minha trajetória na educação básica. Deste período, não obtenho lembranças marcantes de atividades ou situações que me levem a refletir sobre o tema deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Contudo, no meio do processo escolar mudei de cidade. Morava em Porto Alegre e passei a residir em Novo Hamburgo. Devido à mudança, fui transferida para uma escola estadual desta cidade, onde cursei o Ensino Médio. No primeiro ano, tive um professor negro que dava aula de Sociologia. Em suas aulas, os alunos formavam um círculo com as cadeiras e ele ministrava a aula baseando-se em um Jornal da região. Escolhia uma notícia e, a partir dela, problematizava diversas questões. Lembro da dificuldade que tinha de compreendê-lo, pois me levava a pensar em questões muito amplas que, até aquela época, não tinha pensado. Sem eu perceber, ele estava me fazendo experimentar o pensamento crítico. No dia *20 de Novembro*, este professor afixava pela escola *banners* com fotografias de pessoas negras que trabalhavam na instituição. Junto destas imagens, estavam escritos os nomes das pessoas e sua atuação. Numa destas atividades, fui fotografada por um dos membros deste projeto coordenado por ele. A ideia era que os alunos e outros membros da comunidade, enxergassem as pessoas negras que lá conviviam. Durante a semana ocorriam debates sobre a ascensão do negro na sociedade.

O processo de mudança, não só implicou na troca de escola, mas obviamente também mudou a vizinhança. O bairro onde morei em Porto Alegre era de uma comunidade popular. Havia muitas pessoas negras. Em Novo Hamburgo, a necessidade de me reafirmar como negra, nos locais aonde ia, era constante. Em muitos lugares que frequentava, eu era a única pessoa negra e, às vezes, a única família negra era a minha. Alguns episódios de racismo ocorreram: ir ao shopping e não ser atendida em alguma loja ou ser perseguida por seguranças.¹

¹ Situações como esta, fazem lembrar da música "Mulheres negras" da cantora Yzalur: "Não precisa se esconder segurança/ Sei que cê tá me seguindo, pela minha

Partindo destas vivências, esta pesquisa tem caráter autobiográfico. Faço a tentativa de (re)olhar e refletir sobre o percurso de minha formação escolar nos níveis fundamental, médio e superior, mas também discuto episódios do cotidiano familiar e da minha atuação como profissional da área da Educação. Com isso, busco analisar criticamente minha trajetória como docente negra. Um trabalho de caráter autobiográfico, no âmbito das Licenciaturas, contribui para a constituição da identidade docente. Diferente de ir ao encontro de uma verdade propriamente dita, faz pensar as suas experiências, dar sentido ao que não tinha percebido antes, criando uma consciência histórica e política sobre os temas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que motivou a análise de objetos pessoais, lembranças e documentos guardados ao longo deste período de escolarização.

Os eixos que foram pensados para compor as reflexões serão apresentados no último capítulo deste trabalho de conclusão. O primeiro eixo trata de um olhar que passa pela formação do estudante na educação básica com o direcionamento de refletir sobre este silenciamento das temáticas que envolvem a discussão da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares. No segundo eixo, analisarei minha trajetória como estudante negra que ingressou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como cotista e o desenrolar da temática nos semestres, considerando a ausência de professores(as) negros(as), dentre outros fatores. No terceiro eixo é discutida, de maneira mais ampla, esta ausência no espaço escolar e seus impactos, analisando, também, o estágio docente obrigatório que realizei no sétimo semestre do Curso e a invisibilidade da temática em minha atuação. Também é apresentado um relato reflexivo sobre alguns momentos de sala de aula, a partir do meu trabalho como auxiliar docente em uma escola da rede privada de Novo Hamburgo.

feição, minha trança.” Essa música escutei em uma aula de Sociologia na Faculdade de Educação. Neste dia discutíamos a temática. Mais uma vez refleti sobre a minha condição de mulher negra.

A partir dos eixos analisados acima, pude perceber que existem elementos que são necessários para que se consiga efetivar a abordagem das questões raciais na sala de aula. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo buscar compreender, a partir da autobiografia, **que elementos tornam-se fundamentais para que os docentes abordem as questões raciais na sala de aula?**

2. CONVERSA TEÓRICA

“Quais são os avanços e os limites da Lei 10.639/03² no interior das escolas públicas?” (GOMES, 2012. p. 11). Com meu ingresso na universidade obtive acesso a essa lei. Já no período escolar, nos anos 2000, soube que havia uma lei que tratava da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Contudo, não recorro de que alguma das escolas que frequentei tenha despendido a devida importância para essa determinação, pois as aulas de ensino de história pouco falavam dos negros e, quando era falado, apenas diziam que os mesmos tinham sido escravizados, sem reflexões, sem problematização.

Mas afinal, que lei é essa? “A lei 10.639/2003 foi uma demanda da comunidade afro-brasileira e movimentos sociais pedindo reconhecimento e valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação” (MEC, 2004). Nela consta a obrigatoriedade das redes de ensino incluírem nos currículos no ensino fundamental e médio o tratamento da temática “História e Cultura Afro-brasileira”. Este reconhecimento, segundo este olhar, promove a igualdade de direitos em todos os âmbitos sociais, civis, culturais e econômicos, incluindo o acesso à justiça. Este conhecimento sobre a história e a cultura das populações negras, pretende contribuir para que o discurso e o olhar para com estas pessoas se modifique. Só assim poderemos lutar por uma real democracia racial, a fim de que haja a compreensão de que os negros e negras foram impedidos de conquistar certos patamares sociais, não por falta de competência ou má vontade, mas pela hierarquia social, que nos desfavorece e subjuga, o que precisamos reconhecer como nação.

Para Nilma Lino Gomes,

a implementação da Lei n.º 10.639/03 depende não apenas de ações e políticas intersetoriais, articulação com a comunidade e com os movimentos sociais, mudança nos currículos das

² Este trabalho utiliza a lei 10.639/03 para o estudo da temática afro-brasileira, mesmo sabendo da existência da lei 11.645 que apresenta os elementos da 10.639/03 e com a completude de incluir a história indígena dentro do currículo que deve se é trabalhado na educação básica .

Licenciaturas e da Pedagogia, mas também de regulamentação e normatização no âmbito estadual e municipal, de formação inicial, continuada e em serviço dos profissionais da educação e gestores(as) do sistema de ensino e das escolas. (GOMES, 2012, p. 24)

Nas escolas, ainda é possível ver a ausência da temática, mesmo com a existência da Lei. As ausências e os silenciamentos ocorrem por vários fatores, dentre eles, a falta de um apoio das gestões dos estados e dos municípios, e das próprias escolas, buscando formação e aprofundamento sobre estes temas. A verbalização da temática é de fundamental importância para Gomes (2012). É necessário que os alunos negros e não negros, bem como os professores, convivam em uma escola que dispõe de subsídios intelectuais, materiais e físicos (até mesmo afetivos) favoráveis para o ensino e a aprendizagem destas temáticas. Sendo assim, professores e alunos serão encorajados a problematizar a reeducação das relações étnico-raciais.

A política reparadora e de reconhecimento, gerou a necessidade de programas de ações afirmativas: um conjunto de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais com um intuito de superar as desigualdades provocadas pela estrutura social excludente e discriminatória e, no caso das populações negras, a fim de combater o racismo.

Em estudos feitos sobre a inserção dos jovens negros na universidade, Petronilha Gonçalves e Silva (2007) afirma que as condições dos homens e mulheres negros resultam por reforçar sua história de exclusão, impactando no desenvolvimento da sua escolarização e no processo de significação da sua identidade. De modo velado ou bastante palpável, é possível constatar mecanismos de exclusão e eliminação dos sujeitos negros e negras que conseguem chegar às universidades, o que também é consequência desta trajetória escolar.

Em alguns casos, o fracasso de pessoas negras que ocorre na escolarização de nível superior, em parte, é devido à precariedade das escolas públicas onde estudaram. O ensino precário na sua formação

dificulta a disputa por cursos mais prestigiados dentro da academia. Sendo assim, esta limitação acarreta que muitos jovens negros e negras, nem acessem as universidades e quando acessam, direcionam-se para os cursos de menor concorrência. Os que superam as dificuldades e ingressam no ensino superior, se deparam com outros desafios, como o preconceito e a discriminação, que se torna maior naqueles cursos ditos de maior prestígio. A denúncia desta realidade feita pelos movimentos sociais, exigindo providências que alterassem este quadro, gerou a criação das Ações Afirmativas na UFRGS, as quais são:

[..] um conjunto de políticas públicas de uma determinada sociedade para a proteção de minorias e grupos discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, a universidades e a posições de liderança. (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012)

A Lei 10.639/03 busca a garantia de que o estudante, já na escola básica, possa conhecer a sua história e a de seus antepassados, a fim de compreender a importância da correção social promovida pelas Ações Afirmativas. Isto objetiva que possa usufruí-la de modo consciente, almejando que os estudantes negros ocupem patamares superiores no mercado de trabalho e em outros setores sociais. Algumas análises sobre a existência das ações afirmativas e a sua importância, fazem crer que se trata de uma medida temporária, pois sendo implementada, muitas pessoas negras podem ascender socialmente e assim que os mesmos ocuparem diversas posições e patamares sociais, não haverá a necessidade da existência do programa. Esta afirmação também se baseia no fato de que não estando em jogo a capacidade intelectual das pessoas negras e sim a compreensão de que esta população obteve em sua história episódios que prejudicaram a sua ascensão social, haveria esta possibilidade. Por outro lado, pode-se compreender que, em uma sociedade racista, as Ações Afirmativas, por si só, não darão conta de, num futuro, não precisarmos mais delas. De mesmo modo, no que se

refere à alfabetização de pessoas jovens e adultas, Álvaro Vieira Pinto (2005) considera que é impossível erradicar o analfabetismo em uma sociedade que aloca conhecimento. É preciso a transformação social. Também cabe refletir, neste momento, sobre a autonomia docente.

[...] Mas qual é a relação entre autonomia do professor e a questão racial? Para responder a essa pergunta, gostaria que refletíssemos sobre quais são as interpretações do professorado sobre a autonomia em sala de aula. Já ouvi muitos(as) educadores(as) dizerem que a autonomia do docente significa a liberdade de escolha para adotar uma determinada metodologia, discutir ou não certas temáticas, usar da sua autoridade para com o aluno, discutir política partidária no interior da escola, entre outros. Todos nós sabemos que a autonomia não se reduz a isso. Porém, ao tratar da temática racial, alguns docentes usam de uma compreensão deturpada de autonomia para reproduzir e produzir práticas racistas." (GOMES,2005,p.149)

Ao trazer a temática para a sala de aula, muito professores acreditam que podem fazer o que quiser: se quiser, abordam a temática ou se não quiserem, não abordam. Pensam que a sua autonomia refere-se simplesmente a fazer o que se sente bem. Por outro lado, a autonomia na sala de aula refere-se ao

[...] compromisso ético que estabelece exigências para educando e educador: dedicação e zelo pela vida docente, a disposição de sempre buscar amadurecer e qualificar seus conhecimentos! Autonomia pressupõe uma concepção emancipatória de educação. (PAULY, 2010, p.308)

Considerando a existência da Lei 10.639/03 e compreendendo que esta alterou a Lei 9.394/96, por meio da inclusão do artigo 26-A, torna-se obrigatório, nos estabelecimentos de ensino públicos e privados em nível fundamental e médio, o ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Sendo assim, discutir a questão não é de caráter facultativo e sim obrigatório, não dependendo, a abordagem da temática em sala de aula, do nível de

interesse ou da vontade do professor³. Deve ser abordada, ponderando que a Lei 10.639/03 alterou a Lei maior da Educação.

Trabalhar a temática de modo consciente é reconhecer a não-neutralidade do conteúdo escolar, problematizando-o e refletindo sobre ele. O desconforto e o despreparo dos professores para trabalhar tais temáticas faz com que ela simplesmente seja suprimida dos planejamentos escolares, tornando-as alvo de um currículo turístico. Ou seja, o trabalho com as temáticas é feito de modo pontual sem interdisciplinaridade ou problematização. Também se torna relevante, que a coordenação pedagógica seja parceira e comprometida com a discussão das questões raciais e que, por meio de práticas de formação continuada, subsidie os professores em seu cotidiano. Se isto não ocorrer, a tendência é que poucos professores sintam-se confiantes em abordar a temática, sendo capazes de analisar materiais didáticos, questionar a sua própria docência, apropriar-se da história para além da condição escravizada, conseguindo, por exemplo, problematizar a temática ao contar narrativas históricas sobre a colonização do Brasil ou ao ler um livro infantil. Nilma Gomes destaca que

[..] É preciso abrir esse debate e tocar com força nessa questão tão delicada. Caso contrário, continuaremos acreditando que a implementação de práticas antirracistas no interior da escola só dependerá do maior acesso à informação ou do processo ideológico de politização das consciências dos docentes.” (GOMES, 2005, p.153)

É necessário que os professores reconheçam a necessidade de abordar o tema e possam ter como aliados os movimentos negros, sem esperar que estes cumpram o papel de cobrança do tratamento das questões raciais na escola. A autonomia docente é fundamental para que sejam capazes de rever suas práticas e ir à busca de materiais que os municiem, sem acomodação. Por mais que seja difundida a necessidade

³ Cabe salientar que o professor é um executor das Leis da Educação. Sendo assim, Leis como a 10.639/03 não devem ser encaradas como prejuízo à autonomia docente, e sim como parte do seu dever.

de discutir a temática, alguns professores podem não ver razão para que tal assunto seja abordado. Petronilha Silva enuncia algumas sugestões de abordagem que podem contribuir para que não haja este silenciamento:

- valorizem igualmente as diferentes e diversificadas raízes das identidades dos distintos grupos que constituem o povo brasileiro;
 - busquem compreender e ensinem a respeitar diferentes modos de ser, viver, conviver e pensar;
 - discutam as relações étnicas, no Brasil, e analisem a perversidade da assim designada "democracia racial";
 - encontrem formas de levar a refazer concepções relativas à população negra, forjadas com base em preconceitos, que subestimam sua capacidade de realizar e de participar da sociedade, material e intelectualmente;
 - identifiquem e ensinem a manusear fontes em que se encontram registros de como os descendentes de africanos vêm, nos quase 500 anos de Brasil, construindo suas vidas e sua história, no interior do seu grupo étnico e no convívio com outros grupos;
 - permitam aprender a respeitar as expressões culturais negras que, juntamente com outras de diferentes raízes étnicas, compõem a história e a vida de nosso país;
 - situem historicamente e socialmente as produções de origem e/ou influência africana, no Brasil, e proponham instrumentos para que sejam analisadas e criticamente valorizadas.
- (SILVA, 2005, p.106)

Estas orientações podem ser a base orientadora para que os professores elaborem seus planejamentos e entendam os motivos para que as questões raciais sejam trabalhadas. Se destacarmos o primeiro tópico trazido por Silva (2005), o qual sugere: "*valorizem igualmente as diferentes e diversificadas raízes das identidades dos distintos grupos que constituem o povo brasileiro*", pensando em uma sala de aula em que há em torno de 20 a 30 alunos, quantas diferentes raízes identitárias haveria? Só esse elemento já pode ser um disparador para trabalhar com as questões raciais, incluindo as noções de respeito e valorização das diferentes culturas. No dia a dia da escola, por vezes é solicitado que o aluno traga de casa informações sobre quais são suas origens. Contudo, isto não pode ser reduzido à confecção de um painel ou cartaz, sem problematizar e refletir com os estudantes sobre as questões que envolvem este pertencimento. A discussão de diferentes origens, dentro de sala de aula, não se propõe a valorizar um grupo e desvalorizar o

outro. Ao contrário, é a tentativa de valorizar todos os grupos e proporcionar aos alunos que compreendam quais motivos resultam em que hoje sejam criadas políticas públicas para determinados grupos sociais. Isto trará à tona o reconhecimento das hierarquias sociais, a fim de que o estudante compreenda por qual motivo há tratamentos diferenciados entre grupos e que não concebam como normal a desigualdade. Ana Célia da Silva afirma que:

Os estereótipos, a representação parcial e minimizada da realidade, conduzem o estereotipado e representado, em grande parte, à auto-rejeição, à construção de uma baixa auto-estima, à rejeição ao seu assemelhado, conduzindo-o à procura dos valores representados como universais, na ilusão de tornar-se aquele outro e de libertar-se da dominação e inferiorização. (SILVA, 2005, p.30)

Abordar as diferentes origens não dará conta de resolver a demanda das questões raciais, mas pode servir como disparador para começar a abordar esta questão dentro de sala de aula, como já dito. A questão fundamental, neste ponto passa a ser: "Como atuar contra o racismo na Escola?" Kramer (apud Souza, 2002, p.38) sugere que

[...] precisamos sempre rememorar a história - a de cada um de nós e a de todos - conhecer a história, estudar a história, desatando a linguagem acorrentada por tão diversas mordanças, ameaças, correntes, grilhões. Destaco, ainda, que os profissionais da educação precisam discutir o racismo e os seus próprios preconceitos, temas que, com frequência, não tem sido reconhecidos com legitimamente pedagógicos. (KRAMER, 1995, p.65, apud SOUZA, 2002, p. 38)

A discussão do racismo é tão velada, em determinados contextos, que alguns docentes podem se julgar incapazes de abordar a temática por não serem negros ou por não passarem (ou não reconhecer que passaram), no caso de professores negros, por situações de racismo em sua trajetória. Mas afinal o que compete aos professores, no âmbito da sala de aula no que se refere às questões raciais? Algumas atitudes

contribuiriam na promoção de uma educação antirracista. Silva (2005) apresenta processos que auxiliam uma pedagogia antirracista:

- **diálogo**, em que seres humanos distintos miram-se e procedem intercâmbios, sem sentimentos de superioridade ou de inferioridade;
- **reconstrução do discurso e da ação pedagógicos**, no sentido de que participem do processo de resistência dos grupos e classes postos à margem, bem como contribuam para afirmação da sua identidade e da sua cidadania (ENSLIN, 1990, apud SILVA, 2005, p. 160);
- **estudo da recriação das diferentes raízes da cultura brasileira**, que nos encontros e desencontros de umas com as outras se refizeram e, hoje, não são mais gêges, nagôs, bantus, portuguesas, japonesas, italianas, alemãs; mas brasileiras de origem africana, européia, asiática. (SILVA, 2005, p.160 – grifo meu)

Consideramos fundamental que os professores possam ter momentos de diálogo formativo. Isto poderá contribuir para a eliminação de preconceitos sobre os estudantes negros e sobre a temática, além de não silenciarem os casos de racismo presentes no cotidiano da escola. Não é raro que a discussão ocorra unicamente quando há um professor negro engajado com as questões raciais, mas esta realidade precisa ser superada, já que a educação antirracista não é feita exclusivamente de ações pontuais.

Proporcionar espaços para que os estudantes manifestem os seus saberes sobre a sua cultura, vivências e conhecimentos, possibilita o fortalecimento da autoafirmação da identidade negra e da visibilidade de suas formas de estar no mundo. Isso influencia o estudante a se motivar pelo estudo e para que ele queira transformar o seu cotidiano. Esse é o motivo mais importante da educação antirracista [...] A educação antirracista vem contribuir para o combate da discriminação racial.” (PINTO, 2015, p.53)

Carone (2008) ressalta que este silenciamento também provoca que os próprios sujeitos, negros e negras, passem a acreditar que não são os grupos discriminadores que estão errados, mas sim o grupo discriminado que não deveria estar ocupando aquele lugar ou não poderia. Este lugar subalternizado não é um lugar que se impõe no nascimento do sujeito pela cor da pele, mas é construído. À medida que vai se socializando e

dialogando com outros sujeitos, negros e negras vão descobrindo o seu lugar social imposto. Os anos passam e são construídas as justificativas para a subjugação, as quais podem ser assumidas e aceitas pela pessoa que é subjugada. Carone (2008) salienta que os sujeitos que discriminam, sem a resistência de quem sofre a discriminação, alimentam as suas ações e as reafirmam. Por fim, pode-se dizer que o preconceito está ligado ao caráter atitudinal e a discriminação racial está ligada ao viés comportamental. As leis podem coibir as ações discriminatórias, mas não extinguir totalmente o preconceito que está nas opiniões das pessoas. O preconceito é mais profundo e requer processos educativos que os confrontem.

3. SULEANDO⁴ A CONVERSA: aspectos metodológicos

“- *Quantos professores negros vocês têm nesta Faculdade de Educação?*” Esta foi uma questão importante, como já referido, para que este trabalho de conclusão fosse escrito. Alguns de meus colegas de turma podem ter contabilizado mentalmente a quantidade de professores(as) negr@s que havia naquela Faculdade de Educação⁵. Para mim, esta pergunta não ficou só no campo dos números, em quantificar, foi além. Esta pergunta me fez pensar na minha trajetória escolar até aquele momento em que me encontrava no segundo semestre do Curso de Pedagogia. Desejei não só saber quantos professores(as) negr@s havia naquela Faculdade, como também quantos professores(as) negr@s tive na minha trajetória escolar, além de refletir, por fim, sobre como eu estava me constituindo como uma professora negra.

Ao longo do curso, pensar nesta pergunta me inquietava, pois eu sabia que havia poucos professores(as) negr@s na FACED. Sabia, também, que havia um número menor ainda de professores(as) negro@s na minha formação na educação básica. Também implicou em outras questões:

*Que elementos tornam-se fundamentais para docentes trabalharem com as questões raciais na sala de aula?

*O que pode provocar o silenciamento das discussões, mesmo para os(as) professores(as) negr@s que atuam na Educação Básica?

Algumas vezes, tive a oportunidade de presenciar discussões na universidade sobre a temática apresentada neste trabalho de conclusão de

⁴ A palavra “sulear” foi apresentada por Paulo Freire, a partir do pensamento de Márcio Campos (<http://www.sulear.com.br/>). Reconhecendo que precisamos superar a lógica da dominação europeia (do norte), sugere que falemos por nós mesmos (o SUL), por isso SULEAR ao invés de NORTEAR.

⁵ FACED – UFRGS.

curso. Sendo assim, pensar em minha trajetória escolar como eixo para refletir a temática, abre um processo de conhecimento pessoal, fundamentado no referencial teórico e no estudo da Lei 10.639/03.

Dando significado às vivências, saberes e experiências, esta se tornou uma pesquisa-formação na perspectiva de Josso (2002), onde aprendo com o ato pesquisador e complemento meu processo de profissionalização como docente. Estruturar este trabalho como uma pesquisa autobiográfica, provoca o movimento de analisar os materiais produzidos por mim ao longo de minha escolarização/formação, seguindo no exercício de reflexão sobre os processos identitários até aqui postos.

Uma pesquisa autobiográfica conduz a um (re)olhar das vivências e experiências pessoais.

A perspectiva de trabalho com as narrativas (auto)biográficas emerge do sentido de aprender as implicações pessoais e as marcas construídas na trajetória individual, através de relatos escritos sobre as aprendizagens individual/coletiva da profissão, considerando os significados exercidos pela(s) escola(s) e pelos professores, especificamente no que se refere à estruturação do discurso pedagógico e dos rituais produzidos no itinerário dos sujeitos. (SOUZA, 2007, p.22)

A riqueza da autobiografia está no memorial individual, na autoria que a pesquisa alcança. Contudo, ela só faz sentido com a possibilidade de analisar as experiências vividas e se a natureza da memória individual não exclui a memória coletiva e o contexto social. Por isso, a autobiografia para o campo da Educação, auxilia na compreensão das razões da escolha profissional e na construção da identidade docente.

De acordo com Elizeu Clementino de Souza "a construção da autonarração inscreve-se na subjetividade e estrutura-se num tempo, que não é linear, mas num tempo da consciência de si, das representações que o sujeito constrói de si mesmo" (2007 p.20). No caso deste trabalho de conclusão, esta imersão narrativa estará apoiada na análise de alguns documentos: o diário de classe da experiência de estágio curricular da sétima etapa, cadernos pessoais da escolarização na infância, o texto da Lei 10.639/03 e das políticas de ações afirmativas.

Por fim, destaco que esta é uma pesquisa de caráter qualitativo. Lüdke e André (1986, p.11) consideram que se trata de uma pesquisa de caráter qualitativo quando “se manifesta em um ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Também quando ocorre uma imersão do sujeito na análise dos fenômenos, o que me proponho diante de minha própria trajetória.

4. REFLETINDO AO CONVERSAR

[...] Tem gente que diz que eu nasço dentro da pessoa,
E faço ela olhar diferente,
Pra tudo que todos olham,
Mas não notam.
Às vezes apareço tão transparente e de mansinho
Que mais pareço um Gasparzinho.
Tem gente que nunca percebe que estou ali [...]"
(Lucinda, Elisa. **A menina transparente**, 1994)⁶

4.1 A família

Vivi em Porto Alegre desde que nasci até os quatorze anos de idade. No bairro onde residi, na zona norte da cidade, também moravam muitas pessoas negras. Portanto, ser negra naquele contexto não implicava grandes reflexões, apenas me tornava mais uma no meio de tantos.

Meus pais são negros e minha irmã também. As questões raciais, no âmbito familiar, eram tratadas com algum diálogo. Quando o assunto era abordado, havia uma orientação bastante enfática: *"Não deixem que ninguém faça piadas sobre a cor de vocês. Se isso acontecer me contem que irei resolver!"* Para nós (eu e minha irmã mais velha) esta afirmativa era inquestionável. Apenas compreendíamos que se fôssemos "tiradas para chacota" deveríamos comunicar nossos pais, que os mesmos resolveriam a situação por nós. Nunca precisamos comunica-los, porque ser negra na comunidade em que vivíamos era como ser uma menina invisível. Contudo, penso que se fôssemos provocadas a pensar desde pequenas, sobre nossa condição como negras talvez, ao longo dos anos, nos fortalecêssemos para argumentar a favor de nossos direitos e contra o racismo. Assim não precisaríamos de nossos pais para nos dar a proteção e sustentar discursos por nós, em determinada fase de nossas vidas.

⁶ Elisa Lucinda fez esse poema em 1994 com o desejo de falar sobre a poesia. Fica a incrível semelhança com a condição de milhares de crianças negras no Brasil.



Figura 1 - Da esquerda para a direita: Minha mãe (Vera Lúcia), Eu (Mayra), Minha irmã (Naine) e meu pai (Osmar).

Ano: 1997

FONTE: Acervo familiar

A mudança para Novo Hamburgo, num primeiro momento, foi tranquila. Não conhecia muitas pessoas na cidade e pouco saía de casa. Depois de começar a circular, comecei a perceber o pequeno número de pessoas negras nas ruas, os olhares ao entrar em certas lojas e a falta de atendimento, como já referi. Nesse instante, se iniciou um processo de estranhamento, pois na comunidade de Porto Alegre era diferente. A circulação no bairro em que morava e em Novo Hamburgo estava me causando um incômodo, algo estava me parecendo errado. Carone (2008) afirma que a socialização, com ênfase no processo escolar, é um dos momentos onde há esta descoberta sobre “lugares sociais”. Esse lugar social, que para muitos é na escola que se releva, para mim foi ao circular pela nova cidade, onde presenciei comportamentos discriminatórios. Até o momento não havia entendido os olhares e “caras feias” como práticas racistas. Num primeiro momento pensei que era algo físico e estético que desagradava algumas pessoas da cidade, centrando a culpa em mim. Estava, segundo Carone (2008), criando justificativas para as ações discriminatórias dos demais sujeitos.

A Educação é dever da família e do Estado, prevista na Constituição Federal (1988). Considero, olhando para minha experiência que, nas famílias, a proteção precisa vir conjuntamente ao diálogo sobre as situações de racismo vivenciadas. Outro espaço onde estas questões devem ser discutidas é a escola, sob a forma de conteúdos curriculares ou de outras ações que abordem a temática.

4.2. A escola

Iniciei meu processo de escolarização no ano 2000, quando ingressei na Educação Infantil. No tempo em que estive na escola cursando o ensino fundamental, de 2001 a 2009, em meus cadernos não foi possível encontrar algo que apresentasse uma abordagem dos conteúdos propostos pela Lei 10.639/03. Não havia atividades que problematizassem a questão ou algum registro referente à temática, por outros meios. A lei que previa obrigatoriedade da temática afro-brasileira foi implementada em 2003, época em que eu já frequentava a escola. Mesmo assim, não consigo recordar e encontrar atividades que representassem a existência desta Lei. A ênfase estava em outros conteúdos escolares.

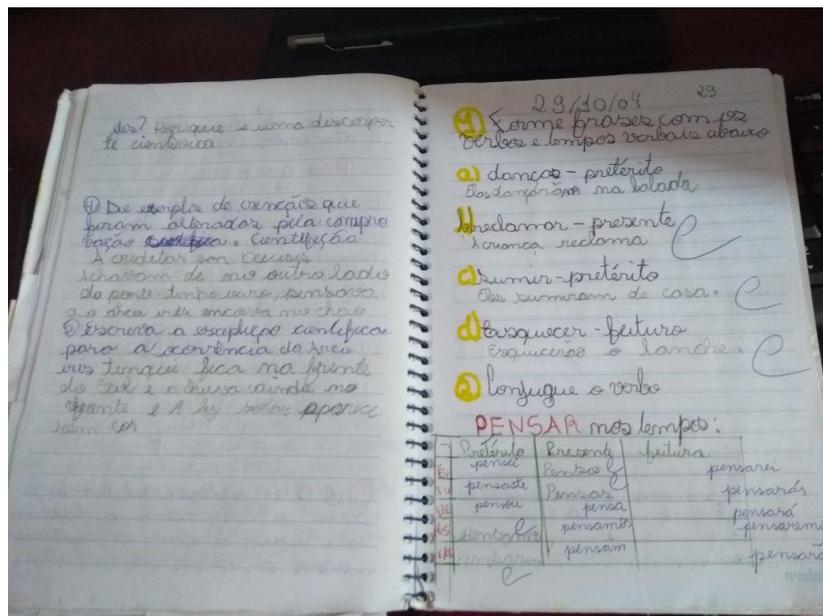


Figura 2 - Caderno de infância da 4º serie. Ano 2004
FONTE: Acervo Familiar

Pergunto-me: Será que a Lei, por sua recente promulgação, não era percebida pela escola? Pode-se dizer que o tempo foi suficiente para que se efetivasse?

Recordo-me de um episódio ocorrido durante um dos almoços em família: meus pais comemoravam a notícia sobre a existência da Lei 10.639/03. Para mim, na época, não fazia muito sentido. Sabia que era algo em favor dos negros e que na escola seria falado mais sobre o tema. Confesso que não tinha consciência da dimensão de sua importância. Na época pensei: "*Falar dos negros? Mas já falam que "eles" foram escravizados? Não deve haver nada mais que isso!*" Por um tempo até acreditei que o avanço conquistado fosse unicamente a abordagem centrada na escravidão e na abolição.

Revisando meu pensar, é possível ver que para trabalhar as questões raciais é preciso uma abordagem positiva dos sujeitos, buscando "apagar preconceitos, corrigir ideias, atitudes forjadas com base nas destruidoras ideologias do racismo, do branquecimento" (SILVA, 2005, p.158). É preciso que sejam abordadas questões de valorização da cultura e resistência dos negros e negras brasileiros.

No *caput* do Art. 3.º, das *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* consta:

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004. (BRASIL, 2004, p. 32).

Partindo do texto legal, percebemos que compete à gestão da escola e das redes, o engajamento na temática. Na época em que estudei houve, segundo o que pude perceber, um fechar de olhos por parte das gestões, invisibilizando este assunto.

Discutir estes temas poderá contribuir na construção de uma identidade positiva dos estudantes negros, promovendo o reconhecimento de sua história e a compreensão dos elementos da cultura. Para os estudantes não negros, poderá promover uma compreensão dos motivos que originaram as lutas dos movimentos negros pela promulgação das leis e pela representatividade.

A inserção na escola em novo Hamburgo foi também crucial para a compreensão sobre aquele local em que estava residindo, levando-me à necessidade da reafirmação como negra. Como destaquei no início deste trabalho, um dos professores que tive no colégio, trabalhava constantemente com as questões raciais. Trazia abordagens para serem trabalhadas diariamente, fazia problematizações sobre a sociedade, sobre as questões históricas e tudo isso era, por vezes, trazido através das reportagens de jornais da região, de autores como Gilberto Freyre e um documentário sobre o livro “Casa Grande e Senzala”⁷. Com estes suportes, eram retirados elementos para as discussões. Pela primeira vez, conseguia presenciar, por dedicação deste professor, a Lei 10.639/03 ser aplicada, pois ele nos apresentava a história dos negros a partir das razões pelas quais, na atualidade, há a necessidade de ações afirmativas que assegurem os direitos no âmbito da educação – uma abordagem que envolve o conhecimento histórico e político sobre o tema.

Retomo uma lembrança, a qual se torna significativa para este trabalho: os *banners* produzidos com alguns funcionários negros e alunos, incluindo a mim, traziam visibilidade a esses sujeitos e provocavam discussões dentro da escola. Deixávamos de ser “transparentes”. A semana era complementada por palestras e a presença de outros professores negros, para discutir a temática.

Trazer fotografias pode ser uma forma de possibilitar elementos afetivos, como propõe Gomes (2005) para o debate sobre as questões raciais. Mais do que isso, precisamos de professores engajados com a

⁷ Mesmo que esta obra reforce o “mito da democracia racial”, na época foi importante para minhas primeiras reflexões.

educação antirracista, que busquem os suportes para auxiliar a escola a se municiar de elementos, que contribuam efetivamente na formação dos professores e dos alunos – uma formação da comunidade escolar. Silva considera que

Todo esse processo de aquisição de conhecimentos e de formação de atitude respeitosa de reconhecimento da participação e contribuição dos afro-brasileiros na sociedade brasileira requer que preconceitos e discriminações contra este grupo sejam abolidos, que sentimentos de superioridade e de inferioridade sejam superados, que novas formas de pessoas negras e não negras se relacionarem sejam estabelecidas. (SILVA, 2005, p. 158)

A prática pedagógica, com vistas ao combate do racismo, não deveria ser uma exclusividade dos professores negros, mas sim atribuição de todos os professores que se interessam e se comprometem no engajamento pela igualdade racial e no respeito à cultura afro-brasileira, conscientes dos impactos que a temática tem na vida dos sujeitos, negros e não negros.

Neste mesmo colégio, tive outra professora de História que, em aula, discutiu sobre as cotas raciais. A mesma nos apresentou, no quadro de giz, que as cotas eram uma “injustiça”. Elaborou, para isto, um fluxograma histórico: afirmou que os fatos históricos demonstram que os negros não são incapazes de conseguir acessar as universidades, pois não tem *deficit* intelectual, em relação aos demais. Também salientou que as cotas raciais e demais ações afirmativas, eram uma atitude discriminatória. Recordo-me que fiquei com as palavras dela em minha mente. Pensava que estava correto este pensamento, pois, de fato, não me sentia “burra” em relação aos outros. Pelo contrário, sabia que eu tinha total capacidade para passar em um vestibular sem precisar de “apoio” de cotas. Minha crença nas palavras da professora não durou muito tempo. Quando cheguei a casa, ao conversar com minha irmã, tudo mudou. Ela me esclareceu sobre qual a importância das cotas raciais, relatando que as ações afirmativas foram criadas com o intuito de assegurar a representatividade negra no ensino superior. Sendo assim, a

representatividade não contaria com o “acaso” e, se algum candidato negro fosse aprovado, não seria uma exceção. Também me disse que as questões históricas, ligadas ao tempo da escravidão, não podem ser ignoradas. No momento da abolição da escravatura, nossos antepassados não receberam nem sequer subsídios para seguirem as suas vidas, apenas um “papel” em que constava sua liberdade, sem que efetivamente ela fosse possível. Relembrando-me que, na época, muitas daquelas pessoas nem sabiam ler o que constava na lei, não herdaram nenhum pedaço de terra para que pudessem recomeçar as suas vidas e que, por esses motivos e outros, os movimentos negros lutaram para garantir tais conquistas. Após a “aula” que minha irmã me deu em uma simples conversa, esclarecendo-me os fatos, questiono-me sobre o impacto da ação docente no tratamento destas questões. Na aula da professora de História, na escola onde estudei, eu era a única aluna negra em sala de aula. Os demais colegas eram brancos e muitos, junto comigo, aceitaram aquela verdade dita pela professora naquela manhã. Quantas pessoas passaram a ter uma visão deturpada sobre as cotas raciais e as ações afirmativas? Gomes (2005) aborda esta questão, referindo-se à autonomia perversa, nos fazendo ter ações discriminatórias com base em fatos deturpados. Gomes, ao refletir sobre este tema afirma que:

Todo(a) educador(a), ao trabalhar com a questão racial, deveria tomar conhecimento das lutas, demandas e conquistas do Movimento Negro. Não podemos nos esquecer de que a inclusão da temática racial na escola brasileira e o reconhecimento a sua inclusão no currículo deve muito à atuação desse movimento. (GOMES, p. 153, 2005)

O desejo aqui não é a condenação docente, mas o destaque ao fato de que quando são trabalhadas as questões raciais, que isto seja feito com embasamentos respeitosos às conquistas dos movimentos negros. O exercício da docência requer estudo e aprofundamento crítico, caso contrário estará fazendo um desserviço social.

O discurso da professora não só alimenta uma visão racista como também nos faz defrontar com o discurso da democracia racial.

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. (GOMES, p.57, 2005)

Esta crença na democracia racial é a falsa ilusão da realidade igualitária e um modo de mascarar o real preconceito e seus impactos nos sujeitos atingidos. A partir deste mito, as cotas raciais seriam desvalorizadas, pois partindo dele, todas as raças ou etnias teriam o mesmo ponto de partida, reforçando o princípio da igualdade histórica. Ou seja, as questões da escravidão não seriam justificativas aceitas para que os negros obtivessem a reparação das garantias presentes nas leis. A lógica da democracia racial é perversa e é utilizada nas escolas para que as questões raciais não sejam trabalhadas. Estas práticas se fortalecem de alguns poucos relatos de ascensão social de pessoas negras para garantir que há a igualdade racial. Por este pensamento, não há o racismo ou atos de discriminação no Brasil, o que tornaria desnecessário o cumprimento da Lei 10.639/03.

4.3. A Universidade

O ingresso na Universidade exigiu-me bem mais que dedicação aos estudos (referindo-me aos conteúdos). Além disto, houve uma nova necessidade de me reafirmar como negra. A minha entrada provocou muitos boatos na vizinhança em que moro: uma negra ingressar na Federal do Rio Grande do Sul? Isso é possível? Escutei de uma vizinha, em tom de grande dúvida e incredulidade: "Como você conseguiu isso?" Silva trata sobre o ingresso no vestibular, salientando que

As condições da educação de negros resultam por reforçar a sua história de exclusão, seja porque o impedem de ter acesso a graus mais elevados de escolarização, seja por comprometer o processo de constituição da sua identidade. (SILVA, p. 8, 2007)

A tentativa de inserção na universidade resulta em novas tentativas de exclusão dos sujeitos negros, em alguns casos. O discurso da minha vizinha reafirma as análises de Silva (2007) a qual considera que muitos negros se frustram por não conseguirem acessar os níveis mais elevados da escolarização. Sendo assim, a cobrança pessoal e a necessidade que encontrei de me reafirmar como negra, capaz de ingressar numa universidade federal, foi importante. A universidade como um espaço de branqueamento, que há pouco se abre para discutir as diferenças, pode tornar a questão racial silenciada no momento em que o ingressante pode se sentir superior aos que não o fizeram. Silva afirma que

Isso não apenas torna o silêncio sobre a cor, um fato corriqueiro, mesmo em relação à instituição universitária, como explica, em parte, as reações contrárias a medidas de combate ao racismo, em certos setores da sociedade. (SILVA, p. 8, 2007)

A autora nos recorda que além de ocorrer a invisibilidade dos estudantes negros, também ocorre um movimento para reafirmar a falsa democracia racial (justificada unicamente pela presença de uma parcela deste grupo social no ensino superior) e a crença de que não há mais racismo por esta presença, nem a necessidade de medidas que o combatam, caso venha a ocorrer.

Com a conquista da vaga na Universidade, foram abertos horizontes: conheci mais sobre a temática, presenciei debates e compreendi as palavras de minha irmã, na defesa das cotas raciais, de fato. As cotas asseguram a presença da comunidade negra na universidade, com representatividade. Como referi, após a minha entrada e com o andamento dos semestres, me deparei com o questionamento sobre quantas professoras negras havia Faculdade de Educação da UFRGS. Ao longo do curso, fui percebendo os impactos das cotas raciais e

o maior número de estudantes negros. Contudo, seguiu-se a reflexão sobre os impactos da pouca representatividade de professores negros no Ensino Superior. Se não há negros no ensino superior como estudantes, como haverá futuros profissionais negros capazes de dialogar e refletir frente à temática? A discussão levantada não quer problematizar quem pode discutir o tema, porque ele pode e deve ser discutido por pessoas brancas ou negras. Mas a questão central é pensar onde estão os professores negros das Universidades? Silva (2007) considera que, os grandes mecanismos de exclusão, reduzem o número de professores negros circulando dentro dos prédios das universidades e na Educação Básica, o que é prejudicial aos processos identitários de jovens estudantes.

4.4. O estágio de docência

No sétimo semestre da faculdade, realizei a imersão no estágio obrigatório e, por minha escolha, optei pelo ensino fundamental. Consegui atuar em uma escola pública, no 4º ano. Na minha turma havia em média 20 crianças, dentre elas, uma criança negra. Percebo, fazendo uma análise, que as questões raciais eram presentes no momento das brincadeiras. Muitas vezes, quando me propunha a brincar com elas e a brincadeira era “o mundo das princesas”, as mesmas me escolhiam para ser a princesa Tiana, do filme *A Princesa e o Sapo*⁸, dizendo que como sou negra caberia muito bem a mim. Em meu período de estágio não discuti a temática, pois minha abordagem com elas ficou no viés conteudista. Simplesmente inviabilizei as questões raciais, não busquei identifica-las, perdendo momentos preciosos (como as brincadeiras) que poderiam ser o disparador para problematizar as questões raciais. Utilizei os conteúdos programáticos como “desculpa” para não me apropriar da demanda.

⁸ A Princesa e o Sapo é um filme que se passa em Nova Orleans. Uma jovem negra, chamada Tiana, encontra um Príncipe que foi transformado em sapo e está desesperado para recuperar a sua forma humana. Um beijo os faz viver uma aventura divertida por paisagens encantadoras. Esta é a única princesa negra da Disney.

Ricardo Rossato considera que “tanto no processo educativo, como no ato político, uma das questões fundamentais seja a clareza em torno de favor de quem e de quê ... fazemos à educação... e desenvolvemos a atividade política” (ROSSATO, 2010, p.325, In.: STRECK, REDIN E ZITKOSKI, 2010) e acrescenta logo a seguir que “quanto mais ganhamos esta clareza através da prática, tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política”. (ROSSATO, 2010, p. 325, In.: STRECK, REDIN E ZITKOSKI, 2010)

As “escolhas docentes” (que incluem abordar ou não conteúdos referentes a uma proposta de educação antirracista prevista em Lei) surgem a partir de vários fatores: a opção pelo que é mais agradável, mais confortável ou que é mais “fácil” para desenvolver. Passam pelas crenças e posicionamentos que se formam durante sua trajetória docente. O conceito de *Práxis* nos faz ver que a educação é indissociável da política, no que diz respeito à compreensão do papel da educação na sua globalidade. No período de estágio não discuti as questões raciais na sala de aula, acreditando que esta temática fosse demanda para fora deste ambiente. Naquele momento, não ocorreu um processo de ação-reflexão que, no presente momento, me acompanha.

4.5. *Eu sou uma professora negra*

O título neste trabalho “*Profe, Você está muito Negra hoje*” vem da minha inserção em uma escola, atuando como auxiliar de turma. Em uma situação de desaprovação do comportamento de uma das crianças, sendo repreendida por mim, se sentiu encorajada a me dizer esta frase, na tentativa de me ofender. Em nenhum momento a turma havia trabalho a questão. Contudo, a partir da minha inserção na escola, este breve acontecimento foi disparador do trabalho envolvendo as questões raciais. Questiono-me: é necessário que a temática seja abordada somente quando há alguém na escola sendo “agredido”? Percebo que é necessário estar atenta. A sociedade brasileira é majoritariamente negra e um dos

papeis da escola, como instituição, é a socialização dos sujeitos. É fundamental que isto ocorra, tendo como horizonte uma sociedade mais justa.

A discussão destas temáticas não deve ficar restrita somente à presença de pessoas negras na escola. Também cabe dizer que a educação antirracista deve ser discutida e trabalhada com o desejo de emancipar os sujeitos em seus saberes, para que sabiam respeitar e valorizar a cultura e a história que nos constituiu como nação.

5. PARA FINAL DE CONVERSA

A partir dos eixos analisados, pode-se considerar que para abordar a questão racial é necessário muito mais que vontade de discuti-la com os estudantes. É preciso compreender que faz parte dos deveres docentes, como quem cumpre as determinações legais de sua área de atuação (neste caso, a Lei 9394/96). O estudo da Lei 10.639/03 é de extrema relevância, juntamente às demais iniciativas para a promoção da igualdade racial, a fim de conseguir enxergá-las como uma conquista. Esta abordagem precisa ser analítica, problematizadora, reflexiva e capaz de auxiliar os alunos na apropriação dos motivos pelos quais é necessária a criação de ações afirmativas e a existência das cotas raciais.

A escola tem o dever de proporcionar aos educandos, aprendizagens que possam auxiliar os sujeitos em sua emancipação, além de avançarem na sua trajetória, a fim de que os mesmos ocupem diversos espaços sociais. Com a escrita deste trabalho, é possível perceber que, em vários momentos, o papel da escola vem sendo o de reafirmar a posição social dos sujeitos, desencorajando-os e fazendo um desserviço para a sociedade frente às questões raciais (difusão de visões tendenciosas sobre as cotas raciais, por exemplo). Inviabiliza, também, a educação antirracista, única forma possível de combate aos discursos e práticas discriminatórias. O mito da democracia racial, em síntese, promove a desigualdade. Ao contrário, reconhecendo o racismo e combatendo-o é possível cumprir com o desejo de que a escola consiga atingir o êxito, na formação de sujeitos críticos que busquem a justiça social.

Torna-se primordial a parceria entre docentes e coordenação pedagógica para que juntos se apropriarem das demandas que as questões raciais apresentam. A busca por formação continuada é um dos meios que a equipe (professores e coordenação pedagógica) pode promover para contemplar a questão. O desejo da efetivação da Lei 10.639/03 tem que ser não somente no discurso da escola como um todo,

mas sim nas suas práticas inclusivas cotidianas, que possam auxiliar no combate do racismo.

Tecido o olhar para a minha trajetória, podemos perceber que os elementos que foram necessários para abordar as questões raciais na sala de aula, vão muito além do desejo de discutir a questão, pois há uma história e uma cultura que **deve** ser reconhecida e respeitada. Sendo assim, apresento abaixo alguns elementos que julgo necessários para abordar a mesma:

- **Educação encorajadora**, que permeie não somente o espaço escolar, mas um trabalho conjunto com as bases familiares, a fim de que os sujeitos sejam capazes de compreender e identificar ações discriminatórias;
- **Discernimento docente**, percebendo que sua autonomia pedagógica, torna-se um ato político. Seu posicionamento implica em consequências na formação dos educandos. É importante que perceba a relevância da temática, mas não somente no discurso sobre o combate ao racismo, mas na valorização da cultura e da luta de resistência deste povo;
- **Reconhecimento da Lei 10.639/03 e das ações afirmativas**, a fim de que o docente compreenda e possa trazer, de modo crítico, problematizações que levem os sujeitos a compreender os impactos das mesmas na sociedade brasileira, que é desigual.

Esses são alguns elementos, dentre outros, que são necessários para abordagem da temática, mas creio que partir da minha história fica visível que, para discutir a questão, é de grande relevância a apropriação sobre temática, mas também a presença representativa de professores negros na Educação Básica e na Universidade. O posicionamento docente se desdobra em resultados: o silenciamento frente ao tema faz desconsiderar situações que poderiam ser fundamentais para que fosse debatido, contribuindo para a permanência da discriminação e do racismo

na escola – o que também ocorre quando há discursos deturpados que reafirmam estas ações; além disto, é o descumprimento da Lei. Consideramos, também, que é possível exercer uma docência-militante que auxilie os sujeitos no reconhecimento de si, de sua história e da necessária luta por igualdade racial.

Este trabalho não findou por aqui. Permaneço com o desejo de continuar meus estudos sobre esta temática, contribuindo com reflexões e reconhecendo-me como uma professora negra.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. 33 p.

CARONE, Iray. Preconceito e Discriminação racial. In: SANTOS, José Antônio dos; CAMISOLÃO, Rita de Cássia; LOPES, Vera Neusa (Org.). **Tramando falas e olhares compartilhando saberes: Contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 29-38.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. Versão online. Disponível em: <http://peadanosiniciais.pbworks.com/f/Pedagogia_da_Esperanca_-_Paulo.pdf>

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo**. 2. ed. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: EDUCAÇÃO, Ministério da. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-64.

_____. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03** /. Brasília: Mec (unesco), 2012. 421 p.

LÜDKE, Hermengarda Alves; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

PAULY, Evaldo Luis. Pedagogia da Autonomia. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 308-308.

PINTO, Beatris Moraes de. **Isso está de bom tamanho para a comunidade que a gente atende: educação Antirracista na Educação de Jovens e Adultos**. 2015. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ROSSANO, Ricardo. Práxis. Historicidade. In: STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org). **Dicionário Paulo Freire**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010, pp. 325-327.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo**. 2. ed. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-38.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo**. 2. ed. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 155-172.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). **Negro e Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 199 p.

SOUZA, Elizeu Clementino de. ABORDAGEM EXPERIENCIAL: PESQUISA EDUCACIONAL, FORMAÇÃO E HISTÓRIAS DE VIDA. In: EDUCAÇÃO, Ministério da. **Histórias de Vida e Formação de Professores**. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação A Distância, 2007. p. 14-22.

SOUZA, Yvone Costa de. **Crianças Negras: Deixei meu coração embaixo da Carteira!** Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 33-42.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (Porto Alegre). **Ações Afirmativas**. 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/acoes-afirmativas/o-que-sao>>. Acesso em: 06 jun. 2017.